



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DE SAÚDE DOS ESTUDANTES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSÉ ELIAS DO NASCIMENTO¹

RESUMO

O trabalho relata o estágio em Serviço Social e o mapeamento da rede socioassistencial e de saúde para o atendimento das demandas dos alunos residentes da Escola Agrícola de Jundiaí. A apreensão da realidade pelo materialismo histórico-dialético favorece a justa mediação no atendimento aos discentes e possibilita encaminhamentos concernentes ao acesso aos direitos sociais.

Palavras-chave: estágio; serviço social; direitos sociais.

ABSTRACT

The work reports the internship in Social Work and the mapping of the social assistance and health network to meet the demands of the students residing at the Agricultural School of Jundiaí. The apprehension of reality by historical-dialectical materialism favors fair mediation in the care of students and enables referrals concerning access to social rights.

Keywords: internship; social work; social rights.

1 INTRODUÇÃO

A inserção em campo de estágio compõe o percurso acadêmico do estudante de Serviço Social e lhe possibilita uma maior compreensão do exercício profissional e da indissociabilidade de suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (PNE, 2010, p.13). De tal importância ressalta-se a relevância da sistematização e documentação dos relatos dessa experiência.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O presente artigo apresenta a inserção em estágio curricular obrigatório na Coordenação de Políticas Estudantis (COPE), Setor de referência na Escola Agrícola de Jundiá (EAJ-UAECA-UFRN) para a promoção de políticas assistenciais de inclusão, permanência e êxito dos discentes em seu percurso escolar, através de uma atuação multiprofissional que executa ações de caráter de promoção, prevenção e assistência no âmbito pedagógico, psicossocial e da saúde.

O trabalho traz uma apreciação da experiência de estágio apresentando: a) uma análise da relação do Serviço Social na política de educação, b) a caracterização da instituição de ensino, c) a caracterização do setor específico onde foi realizada a inserção em campo de estágio, d) a contextualização histórica e social da criação da instituição de ensino e da implantação do Serviço Social na referida escola, e) a caracterização dos usuários e das articulações entre as políticas públicas e os direitos desses usuários.

O trabalho apresenta a materialização do projeto de intervenção que se efetivou com o mapeamento da rede socioassistencial e de saúde dos municípios que compõem o universo dos discentes da residência estudantil dos cursos técnicos, modalidade da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) da Escola Agrícola de Jundiá.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar um mapeamento da rede socioassistencial e de saúde que atende aos alunos residentes a fim de viabilizar a institucionalização de um fluxo para o acolhimento das demandas destes.

Os objetivos específicos perspectivam-se em: a) analisar demandas socioassistenciais e de saúde dos alunos residentes; b) pesquisar municípios e sujeitos envolvidos; c) construir um mapa da rede socioassistencial e de saúde e d) elaborar uma cartilha para exposição do mapeamento.

Passado o processo de elaboração do projeto e de aplicação da intervenção, compreende-se que não se tratava da institucionalização de um fluxo, pois essa prática já era efetiva na instituição. Sendo assim, a proposta passou a ser muito mais um recurso quanto ao acesso aos contatos das redes de serviços, de tal modo que a exposição dos objetivos específicos expressava de modo mais claro a relevância e necessidade da intervenção.

Quanto ao público-alvo da intervenção, referenciamos em primeiro plano os profissionais da COPE, que articulariam os encaminhamentos e, em seguida, os discentes da residência estudantil da modalidade EBTT, bem como os seus familiares. Os estudantes que compunham a residência estudantil na EAJ eram um total de 112 (cento e doze) pessoas advindas das diversas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

regiões do estado do Rio Grande do Norte. No decorrer da execução do projeto percebemos que a produção desse mapeamento poderia alcançar também os profissionais das redes de serviços externos à unidade escolar, que efetivariam seus encaminhamentos tendo por base a seleção dos contatos e endereços dos equipamentos de saúde e socioassistenciais elencados em nosso mapeamento.

Quanto às metas, elas eram de início as seguintes: a) 01 (um) mapa digital do estado do Rio Grande do Norte localizando os municípios de origem dos alunos residentes da EAJ; b) 01 (uma) cartilha contendo o mapeamento da rede socioassistencial e de saúde para atendimento das demandas dos alunos residentes; c) 01 (uma) reunião de socialização dos resultados com a equipe multidisciplinar da COPE/EAJ; d) 01 (uma) palestra de socialização dos resultados com os alunos residentes da EAJ. Contudo, percebemos que no processo tomamos outros caminhos, mas conseguimos incorporar as ideias iniciais. O mapa digital foi incorporado em um site, de elaboração própria, na plataforma google, e a cartilha foi socializada com os discentes da residência estudantil e com a equipe multiprofissional da COPE. A intervenção operacionalizou-se na unidade escolar também em uma ação de extensão² que envolveu a inteira equipe multiprofissional e nesta ação a assistente social lançou a proposta de também socializar o mapeamento com a rede socioassistencial e de saúde, mais precisamente com os profissionais dessas redes, vindos dos municípios que possuem sujeitos compondo a residência estudantil EAJ.

A observação no campo de estágio propiciou a constatação das demandas evidenciadas como objeto da intervenção. A metodologia escolhida foi o método do materialismo histórico-dialético, por encontrar nele as bases para a compreensão dos fenômenos (Marx, 1968), que tem neste trabalho como lócus a realidade objetiva do cotidiano dos atendimentos aos discentes na COPE.

O percurso metodológico apresentou muitos entraves, sobretudo pelo fato de que de início era nosso intento efetuar o levantamento dos endereços e contatos da rede socioassistencial dos municípios envolvidos em nossa pesquisa e isto foi dificultoso pelo fato dos dados não serem de fácil acesso nas plataformas digitais. Ora, o Rio Grande do Norte possui 167 (cento e sessenta e sete) municípios. Referenciamos em nossa pesquisa 35 municípios, dos

² Ação de extensão no âmbito da UFRN, intitulada “MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DE SAÚDE EM MUNICÍPIOS DO RN: Uma Proposta de Intervenção”. Coordenada pela Assistente Social e supervisora de campo de estágio. Realizada no período: 08/09/2023 a 30/11/2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

quais, 30 (trinta) compunham a residência estudantil até o segundo semestre de 2023 e os outros 5 (cinco) referenciados compõem a Região Metropolitana de Natal, por sua relevância administrativa e concentração do maior número de serviços das redes em análise no projeto e por comporem o maior contingente de discentes da EAJ. O mapeamento das redes constitui-se um excelente instrumento por favorecer acesso à informação aos usuários das políticas sociais e por subsidiar o exercício profissional na COPE e nas redes de serviços.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA EAJ E A RESIDÊNCIA ESTUDANTIL

A Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, está sediada no Campus Macaíba da UFRN, localizada na RN 160 - Km 03 - Distrito de Jundiá - Macaíba/RN.

Fundada por Enock de Amorim Garcia, advogado e representante do Estado do Rio Grande do Norte no congresso dos secretários de agricultura (1946) e pecuária (1948), iniciou suas atividades em 03 de abril de 1949, sendo instituída formalmente pela Lei nº 202 de dezembro de 1949, como "Escola Prática de Agricultura" (D'Oliveira, 2009), subordinada à Secretaria Estadual de Educação, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, como parte de um esforço para modernizar a agricultura brasileira e melhorar a formação dos trabalhadores rurais.

A partir do Decreto nº 61.162, de 16 de agosto de 1967, a escola foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, passando a nomear-se Colégio Agrícola de Jundiá- CAJ, e com a Resolução Nº 006/2002 – CONSUNI, de 16 de agosto de 2002, passou a nomear-se Escola Agrícola de Jundiá. Em 2007 passou a condição de Unidade Acadêmica da Universidade, constituindo além do Ensino médio Integrado, cursos técnicos subsequentes, cursos de graduação em Engenharia Agrônoma, Engenharia Florestal, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Zootecnia (Moraes, 2016, p.38).

O campo de estágio, situado dentro da estrutura da Escola Agrícola de Jundiá, denomina-se Coordenação de Políticas Estudantis (COPE), que em sua instituição, denominava-se Unidade de Atendimento ao Educando. A COPE é um setor que agrega uma equipe multidisciplinar constituída por 01 (um) pedagogo, 01 (uma) psicóloga, 02 (duas) assistentes sociais, (01) médica, 02 (dois) enfermeiros, 02 (dois) técnicos de enfermagem e 04 (quatro) assistentes de alunos. Essa coordenação tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos discentes, apoiando-os em seu itinerário formativo. Constitui-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como setor responsável pela gestão e desenvolvimento de ações socioassistenciais de apoio psicológico, pedagógico, de orientação educacional e de atenção à saúde dos discentes.

Entre as diversas possibilidades de intervenção da COPE em ações para garantir a permanência e êxito dos discentes em seus percursos acadêmicos, ressaltamos o auxílio residência, por perceber sua importância na concessão de um espaço dentro do ambiente escolar para os alunos que residem distantes da sede da unidade acadêmica. A Escola Agrícola de Jundiá possui dois modelos de residência estudantil: O primeiro é a residência estudantil destinada aos discentes da EBTT (Educação básica, técnica e tecnológica), divididas entre residência masculina e feminina, de modo que ocupam dois prédios diferentes; o segundo modelo é a residência universitária, destinada aos discentes do ensino superior, também divididas em masculina e feminina, ocupando o mesmo prédio, mas em andares diferentes.

A administração da residência universitária está diretamente subordinada à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). A residência estudantil do nível de ensino EBTT está administrativamente subordinada à COPE. Desse modo, interessou-nos sobremaneira compreender a articulação do Serviço Social em suas mediações junto aos discentes da residência do EBTT, devido a maior interação da COPE com esses discentes, desde a supervisão imediata dos Assistentes de alunos, às recorrências ao setor de saúde e ao acompanhamento pedagógico e psicossocial realizados pela equipe multiprofissional que atua nessa coordenação.

A residência estudantil, por ser um serviço ofertado à comunidade acadêmica dentro dos parâmetros estabelecidos pelo PAE (Programa de Assistência Estudantil) da UFRN, faz parte das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que por sua vez, é operacionalizado por Assistentes Sociais em colaboração direta com os demais membros da equipe multiprofissional que atuam na Coordenação de Políticas Estudantis.

No setor do Serviço Social, que atua na COPE, recorrentemente deparamo-nos com as diversas expressões da “questão social”³. Expressões que atravessam a vida dos estudantes de forma a incidir fortemente sobre os resultados do processo de ensino e aprendizagem.

A atenção do Programa de Assistência Estudantil está voltada para a proteção social integral dos discentes, salvaguardando o acesso à saúde e o acesso aos serviços de atenção às

³ NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Temporalis/ABEPSS: Brasília. Ano 2, nº 3, p. 41-49, jan-jun, 2001.

condições sociais, como preconizam os Artigos 85 e 86 do PAE⁴ (Programa de Assistência Estudantil) da UFRN.

Sabe-se que a elevada demanda da Assistência Estudantil nos setores da universidade responsáveis pela saúde e pelos serviços de atenção às condições sociais não consegue suprir as necessidades dos discentes em tempo hábil. Desse modo, ao observarmos as requisições de ordem sanitária e socioassistencial dos alunos residentes no âmbito da Escola Agrícola de Jundiaí, constatamos que seria possível uma proposição que tornasse viável os encaminhamentos desses estudantes e de seus familiares às referidas redes de apoio. Diante disso surge a proposição de efetivarmos um mapeamento da rede socioassistencial e de saúde para o referenciamento nos atendimentos aos discentes.

3 O MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DE SAÚDE

A motivação para a elaboração do projeto partiu da necessidade, diante das demandas vivenciadas pelo Serviço Social, de sistematização das informações acerca da rede socioassistencial e de saúde, de forma a materializar intervenções mais articuladas e voltadas a práticas intersetoriais, abrindo potencialidades para o atendimento das necessidades dos alunos residentes da Escola Agrícola de Jundiaí, articulando encaminhamentos e contrarreferências dos atendimentos realizados.

A intervenção justificou-se a partir da necessidade de fortalecer as ações de permanência e bom êxito dos projetos de vida acadêmica dos discentes da referida instituição de ensino através das ações da assistência estudantil, que requerem uma atuação do Serviço Social para além da execução terminal de programas de bolsas e auxílios, e exige um conhecimento ampliado da realidade social dos discentes, para fortalecer os vínculos familiares e todas as redes de apoio às quais eles estão ligados, no sentido de contribuir para uma concepção de educação emancipatória, que enfrente desigualdades sociais.

A principal problemática identificada foi a percepção de como a dimensão socioeconômica dos alunos e de suas famílias impactam no rendimento acadêmico e na permanência do discente na instituição, como reflexo de suas condições de vida. De igual modo, identificam-se fragilidades nos aparatos institucionais quanto ao atendimento dessas

⁴ PROAE [Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis] UFRN. **RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 004/2022-CONSEPE-CONSAD, de 17 de maio de 2022, Institui o Programa de Assistência Estudantil - PAE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.** Disponível em: <<https://proae.ufrn.br/documento.php>>. Acesso em: 14 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessidades, que extrapolam o âmbito acadêmico, e requerem uma intervenção intersetorial e multiprofissional. Neste aspecto, vê-se a importância de conhecer e estabelecer as devidas conexões com outras políticas sociais públicas, para oferecer um encaminhamento adequado e efetivo no atendimento das principais demandas identificadas a partir da análise da realidade social dos discentes.

Neste aspecto, a intervenção objetivou a realização de um mapeamento da rede socioassistencial e de saúde, englobando os municípios de origem dos discentes, que resultou na construção de um mapa que pudesse contribuir com a construção e sistematização de fluxos institucionais, para articulações intersetoriais dos encaminhamentos das referidas necessidades dos discentes da residência dos cursos EBTT da EAJ, fortalecendo as potencialidades do trabalho do Serviço Social na instituição.

Ao acompanhar os atendimentos individuais e/ou coletivos com os alunos da residência estudantil, quanto às demandas socioassistenciais, e nos diálogos com os servidores do setor saúde da COPE acerca das demandas quanto à assistência sanitária, constatamos a necessidade de analisarmos as principais necessidades que se apresentam no conjunto dessas duas áreas demandadas (saúde e Assistência Social) pelos alunos que recorrem à COPE.

É sabido que o próprio serviço da residência estudantil se constitui um auxílio para os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica⁵. Todavia, para além da moradia, surgem outras necessidades que demandam uma atenção que ultrapassa as competências da COPE e que requerem uma intervenção profissional para além do âmbito da unidade acadêmica, mas que esteja amparada pelo princípio da territorialidade.

Quanto à dimensão das demandas de saúde encontra-se, até certo ponto, um apoio no aparato territorial da rede de saúde, tendo em conta a proximidade da unidade acadêmica com a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Macaíba. Todavia, as abordagens que demandam um acompanhamento mais prolongado, não necessariamente no âmbito da urgência e emergência, mas que requerem uma atenção especializada, como as demandas de saúde mental, requerem

⁵ Por vulnerabilidade econômica apreende-se por definição o disposto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS): "Indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social." (BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma estratégia mais específica para efetivar tais encaminhamentos. Tendo em vista que o CAPS II, presente no município, é indicado para casos bem específicos, não abarcando todas as necessidades que surgem na área da saúde mental no âmbito da residência estudantil. De igual modo, requer-se um entendimento acerca dos encaminhamentos a serem feitos nas demandas que apresentam necessidades de intervenções de alta complexidade no âmbito da saúde, pois tais intervenções são referenciadas e custeadas, ora pelo estado ora pelos municípios de origem dos sujeitos requerentes.

Quanto às demandas socioassistenciais, a necessidade de conhecer os serviços da rede justificava-se pela possibilidade de poder encaminhar os familiares dos discentes a recorrerem às ações promovidas nos respectivos territórios em vista do atendimento de suas requisições e da melhoria das condições de vida. Tal dimensão impacta diretamente a vida dos discentes que, mesmo habitando na residência estudantil, têm o núcleo familiar como referência, pois a ele se dirige aos finais de semana ao término do expediente escolar.

Oferecer resposta às demandas socioassistenciais e de saúde dos discentes alude a uma necessidade premente de fortalecer as ações de permanência na escola.

As diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996), bem como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2010) preveem ações que buscam viabilizar o acesso e a permanência dos educandos nas instituições de ensino. Tendo em conta que a educação abrange processos formativos que articulam-se em diversas dimensões da sociabilidade humana que perpassam a família, o trabalho, a cultura, as instituições de ensino, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil e, que a legislação prevê condições específicas para a regulação do processo educacional no âmbito das instituições de ensino (Brasil, 1996), é importante salientar a importância de algumas ações do Programa de Assistência Estudantil que estão fortemente imbricadas com as necessidades dos estudantes e que impactam o seu processo de ensino-aprendizagem, sobretudo as necessidades de ordem socioassistencial e de saúde.

No trabalho referenciamos a ação da residência estudantil que, no âmbito da EAJ/UAECIA-UFRN, é um serviço destinado aos alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica e que o grupo familiar não resida na cidade onde realiza o curso ou cidades limítrofes da sede do curso (Art. 24 da Resolução 004/2022 – CONSEPE-CONSAD). A referência à família, subsidiada nas discussões acerca da acessibilidade aos direitos tanto na Saúde quanto na Assistência Social remete ao “familismo”, sobretudo no que concerne à matricialidade sóciofamiliar na política de assistência social, reverberando também nas demais áreas da

seguridade social (Campos; Mito, 2003). Como observa-se na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ao apresentar o processo de gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em suas bases organizacionais (Brasil, 2004, p. 25)

É justamente as condições socioeconômicas das famílias das quais originam-se os alunos das residências estudantis no âmbito da EAJ que demandam a atenção de uma articulação em rede para o atendimento das requisições imediatas desses núcleos familiares e respectivamente dos seus membros estudantes no que compete à saúde e à assistência social.

Ao observar o plano gerencial da COPE no tocante às demandas postas à psicologia educacional é possível perceber que além da atuação junto aos discentes na elaboração de planos de estudo e de estratégias para fomentarem um melhor rendimento acadêmico, constata-se também a necessidade de uma articulação com uma rede de apoio para atender às necessidades dos discentes no âmbito da saúde mental (SIGRH-UFRN, 2023).

No âmbito da atenção à saúde é primordial refletirmos sobre as políticas acerca da atenção à saúde mental. A Lei nº 10.216/2001 configura-se como um marco referencial na luta antimanicomial, sendo ela a lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Consolidando assim o que já era vislumbrado na luta antimanicomial desde a década de 1980.

A integralidade do cuidado prevista pela *Portaria nº 4.279/2010 do Ministério da Saúde* que institui a Rede de Atenção Básica articula-se na busca da atenção integral à saúde através da descentralização e da capilaridade na distribuição dos serviços.

Com a Política Nacional de Saúde Mental (nº 32/14 de dezembro de 2017) e do Decreto Presidencial nº 7.508/2011, amplia-se a Rede de Atenção Psicossocial, estabelecendo-se no conjunto das redes indispensáveis na constituição das regiões de saúde. Entre os equipamentos substitutivos ao modelo manicomial podemos citar os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência (Cecos), as Enfermarias de Saúde Mental em hospitais gerais, as oficinas de geração de renda, entre outros. As Unidades Básicas de Saúde cumprem também uma importante função na composição dessa rede comunitária de assistência em saúde mental.

Em um tempo marcado por uma “epidemia de saúde mental”⁶ o fortalecimento da Rede de atenção psicossocial se faz necessário, pois depois da pandemia de COVID-19 adensaram-se os casos de adoecimento mental, sobretudo entre os mais jovens.

O município de Macaíba-RN, no qual está situada a unidade acadêmica da EAJ, dispõe enquanto rede de atenção psicossocial, de dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS AD), instituídos no município pela Lei nº 1.928/2018, do executivo municipal. O CAPS II objetiva proporcionar o atendimento de pacientes com transtornos mentais severos e graves. Já o CAPS AD II destina-se a realizar o atendimento de pacientes com transtornos mentais e comportamentais decorrentes de uso e dependência de substâncias psicoativas. O CAPS II possui uma alta demanda no município, alguns alunos da residência são acompanhados por esse serviço. Em visita institucional ao CAPS II, com a Psicóloga Educacional e com a Assistente Social da EAJ, fora relatado que a especificidade desse centro seria os casos de transtornos mentais severos e graves, como disposto na legislação que regulamenta o serviço no município. Sabe-se, todavia, a partir da lei que institui o serviço (Art. 2º, I e II) que o CAPS II deveria articular-se como regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial e ser responsável pelo matriciamento da rede. A partir dessa realidade constata-se a dificuldade de encaminhamento dos casos que não se encontram no âmbito da atuação dos referidos serviços.

Dadas essas condições constata-se também o quanto a territorialidade é fator determinante para o encaminhamento das demandas que apresentam-se ao Serviço Social na COPE/EAJ, pois os discentes, usuários do serviço da residência estudantil na modalidade dos cursos EBTT, no total de 112 (cento e doze) alunos⁷, advindos de diversos municípios do Rio Grande do Norte, ao apresentarem suas demandas quanto à saúde e à assistência social remetem-nos a busca para o entendimento de como deverá ser o encaminhamento para a rede.

Diante da realidade que exigia uma intervenção, propomos um mapeamento da rede socioassistencial e de saúde, como uma intervenção que subsidiaria os encaminhamentos dos estudantes às redes de serviços e garantiria aos profissionais acesso aos canais de comunicação

⁶ CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Brasil vive uma segunda pandemia, agora na Saúde Mental.** [Internet] 2022 (Acesso em 07 jun 2023). Disponível em: http://www.cofen.gov.br/brasil-enfrenta-uma-segunda-pandemia-agora-na-saude-mental_103538.html

⁷ Dados apresentados no ano de 2023, no qual realizou-se a experiência de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social.

com os referidos serviços. A fim de obterem as devidas referências e contrarreferências dos encaminhamentos realizados.

A principal dificuldade foi encontrar informações atualizadas acerca destes contatos da rede e em virtude disso, ter que acessar diferentes plataformas para efetivar o referido levantamento. Os sites de internet das prefeituras municipais nem sempre apresentam nitidez acerca dos dados da rede socioassistencial, como também muitos não possuíam publicizados os Planos Municipais de Assistência Social⁸. Considerando esta lacuna, tivemos que nos valer de outra estratégia, que foi o levantamento destes dados nos sites de internet do Ministério do Desenvolvimento Social como o MOPS (Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania) e os Relatórios de Informações de Programas e Ações, bem como o site da Secretaria Estadual de Assistência Social.

Quanto ao levantamento dos dados acerca da rede de saúde encontramos mais objetividade na exposição destes através do site do DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde) e do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES-SUS).

Efetivados os levantamentos dos dados das redes em questão pensou-se a sistematização dessas informações. A ideia inicial era criar uma cartilha para a apresentação desses dados. Com o amadurecimento do educando em seu processo de estágio surgiu a ideia da criação de um site na plataforma Google Sites, o que favoreceu maior viabilidade na execução da proposta, tendo em conta a magnitude das informações obtidas.

O site⁹ apresenta gradativamente: 1) a COPE e a equipe; 2) a residência estudantil; 3) a rede de saúde, dividida em 8 (oito) Regiões de Saúde, conforme SESAP (2019); 4) a rede socioassistencial setorizada em 10 Regiões que o Plano Estadual de Assistência Social-RN (2020) definiu como Territórios de Cidadania.

Além do site, foi elaborada uma cartilha que apresentava um *Qr code*, por meio do qual é possível acessar as informações veiculadas na plataforma digital (Google sites). Essas informações foram socializadas com a equipe multiprofissional da COPE por meio de uma reunião, e com os discentes por meio de mensagem de e-mail através do SINFO (Sistema de Informações da UFRN) e por meio de reunião.

⁸ Ciente da obrigatoriedade da elaboração e execução do Plano Municipal de Assistência Social, preconizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93, art. 30) registra-se a interrogação diante da inviabilidade do acesso a esse documento.

⁹ Localização do site elaborado durante a experiência de estágio em Serviço Social: <<https://sites.google.com/ufrn.edu.br/cope-eaj/in%C3%ADcio?authuser=0>>. Acesso em: 14 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio curricular obrigatório realizado na Coordenação de Políticas Estudantis (COPE-EAJ) favoreceu um profícuo envolvimento entre discente e equipe multiprofissional diante do desafio da efetivação de direitos sociais dos estudantes da instituição no campo de estágio. A percepção das necessidades de intervenção é fruto do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pela leitura dos autores apresentados ao longo do percurso acadêmico, bem como da leitura da realidade social objetivada no cotidiano das relações sociais.

O mapeamento da rede socioassistencial e de saúde oferece ao serviço social na COPE, bem como aos demais profissionais que ali atuam, uma visão de conjunto das possibilidades de encaminhamentos a partir das necessidades dos discentes apresentadas nos atendimentos sociais. É oportuno para os discentes e seus familiares conhecerem a rede de serviços que os apoiam territorialmente e poderem acessar seus direitos. A dimensão ético-política dessa intervenção é alcançada justamente por favorecer o acesso à informação e promover, por meio dela, uma maior autonomia dos sujeitos enquanto usuários da rede socioassistencial e de saúde dos municípios do estado do Rio Grande do Norte.

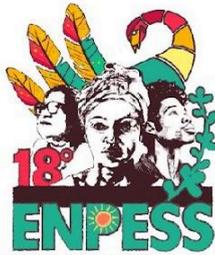
REFERÊNCIAS

BRASIL, 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 de abril de 2023.

_____. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em 28 junho de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional de Assistente Social**. (1993). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 11 de abril de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.**
Brasília, 2012. Disponível em:
<<http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>>
Acesso em: 11 de abril de 2023.

D'OLIVEIRA, Rivaldo. **ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ: Ontem, Hoje e Amanhã,** Fundação Augusto Severo, RN, 2009.

DUARTE, Amanda M. S. ; et al (org). **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Cortez, 2019.

MARX, K. **O capital.** Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968; I, 2, 1968a; III, 4, 1974; III, 5, 1974a e III, 6, 1974b.

MOARES, M. de Nazaré; FILHO, Antônio. **Sistematização dos processos de gestão: uma proposta de intervenção para a Unidade de Atendimento ao Educando-UAE/EAJ/UFRN.** Principia: Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB. Ano 2017, nº 37, p. 102-115, 2017.

_____. **Implementação de Propostas de Ação: Uma Contribuição para a Gestão da Coordenação de Políticas Estudantis da EAJ/UAECIA.** In: Temas em gestão pública: contribuições para as instituições federais de ensino [recurso eletrônico] / Organizado por Antônio Alves Filho, Maria Arlete Duarte de Araújo, Maria Teresa Pires Costa. – Natal: EDUFRN, 2019. 261 p.: 1 PDF

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** Temporalis/ABEPSS: Brasília. Ano 2, nº 3, p. 41-49, jan-jun, 2001.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**